

## A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA PERSPECTIVA DE PESQUISA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Eva Terezinha Ferreira Jornada<sup>1</sup>

**Resumo:** O objeto de estudo apresenta um tema instigante. Deve ser dialogado nas instituições educacionais. Justifica-se que é importante que o Profissional de Educação de Ensino Superior propicie a pesquisa aos acadêmicos. A fim de desenvolver neles o incentivo de tornarem-se pesquisadores. O ponto de partida deste é tentar mitigar o problema: Como muitos graduados não ofertam aos discentes a oportunidade da pesquisa, sobre Direitos Humanos, nas escolas? O objetivo geral é reconhecer a importância da formação acadêmica dos (as) universitários (as) para que possam discutir Direitos Humanos. Os objetivos específicos são: Estimular sobre a seriedade da pesquisa. Propiciar condições de análise científica, nas escolas. Conceituar Direitos Humanos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e a documental. Desse modo, muitos resultados podem serem obtidos, pois discentes carecem entender que se vive em um Estado Democrático de Direito. E tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Conclui-se que os direitos humanos incluem o direito à vida, a liberdade, a liberdade de opinião, direito ao trabalho, direito à moradia, direito à saúde, à educação etc.

**Palavras-chave:** Docência; Pesquisa; Ensino Superior; Direitos Humanos, Escolas.

### INTRODUÇÃO

A docência precisa instigar aos discentes sobre quais são as necessidades sociais existentes na sociedade, que devem ser pesquisadas em relação aos direitos humanos. E discutidas nas instituições educacionais. Professor tem que propiciar condições aos graduandos para que se tornem cidadãos ativos, empáticos, conscientes do papel na sala de aula. E que na escola possam tornar-se ferramentas de melhoria educacional.

O objeto de estudo: “A docência no Ensino Superior: Uma perspectiva de Pesquisa sobre Direitos Humanos” apresenta um tema estimulante. Deve ser dialogado nas instituições educacionais tanto públicas. Quanto privadas. Justifica-se que é importante que o Profissional de Educação de Ensino Superior propicie a pesquisa. Além disso, estudantes, podem tornarem-se pesquisadores. Comprometidos com a eficácia, objetividade e a ética profissional.

O ponto de partida deste é tentar mitigar o problema: Como muitos graduados não ofertam aos discentes a oportunidade da pesquisa, sobre Direitos Humanos, nas escolas? O objetivo geral é reconhecer a importância da formação acadêmica dos (as) universitários (as) para que possam discutir Direitos Humanos. Os objetivos específicos são: Estimular sobre a seriedade da pesquisa. Propiciar condições de análise científica, nas escolas. Conceituar Direitos Humanos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e a documental.

---

<sup>1</sup> Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pama, campus São Borja. E-mail: evaferrejsb20@gmail.com



A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>2</sup> (DUDH) foi adotada em 10 de dezembro de 1948. Para marcar o aniversário, nas próximas semanas, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicará textos informativos sobre cada um de seus artigos. A série tentará mostrar até onde chegamos, até onde devemos ir e o que fazer para honrar aqueles que ajudaram a dar vida a tais aspirações.

Este artigo será dividido em Resumo, Introdução, Metodologia, e as seguintes subseções: O Papel da Docência no Ensino Superior; A Importância da Pesquisa na Escola; Resultados e Discussões. Finaliza-se este artigo com as Considerações Finais e as Referências.

## **METODOLOGIA**

Apreende-se que a palavra metodologia significa: “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência aberta à discussão, que procure mais a descoberta da realidade do que sua defesa ideológica, é conquista árdua, é modéstia convicta, é sabedoria profunda” (DEMO, 1985, p. 44).

Em relação a classificação dos objetivos é uma Pesquisa Exploratória, porque apresenta um problema para ser indagado. É uma pesquisa bibliográfica. E é uma Pesquisa Básica.

Para discorrer-se o artigo apoia-se, quanto aos procedimentos de coleta de dados, na revisão bibliográfica e na pesquisa documental.

No tocante à pesquisa documental, GIL (1999) revela que essa se assemelha à pesquisa bibliográfica.

Porém, divergem quanto a natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser estudadas de acordo com os objetos de pesquisa, à exemplo das legislações agregadas aos escritos.

Para a efetivação da pesquisa leva-se em consideração documentos disponíveis na Plataforma SciELO (*Scientific Electronic Libray Online*), literaturas sobre a temática etc.

## **O PAPEL DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Nessa seção do artigo pretende-se refletir por meio de uma literatura teórica e conceitual sobre docência. Cujas finalidades é realizar uma retomada sobre a sua importância da educação, na atualidade. Compreender-se a necessidade do Profissional de Educação do Ensino Superior

---

<sup>2</sup> ONU publica textos explicativos sobre cada artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos | As Nações Unidas no Brasil Acesso em 12 nov. 2023.



para que seja capaz de entender sobre a relevância da formação pessoal e a prática profissional do discente.

Após, reportar-se a essa relevância à docência deve repensar nos conteúdos selecionados na Ementa. Para que eles realinham o processo de ensinar e de aprender no âmbito do Ensino Superior, localizando-o no quadro das exigências e expectativas da sociedade e do momento educacional vivido, na contemporaneidade.

As autoras a seguir comentam o crescimento de graduandos nas universidades. Por isso é relevante ajudá-los a perceberem que ao iniciarem em escolas a trabalhar devem proporcionar a pesquisa aos discentes da Educação Básica. Para que sejam preparados a adquirir as novas aprendizagens pelo viés da pesquisa.

Refletir sobre a docência no Ensino Superior é um desafio que acompanha a expansão quantitativa desse nível de escolaridade. Assistimos, na última década do século XX, a um crescimento vertiginoso das vagas nas universidades. O sonho de se graduar em um curso universitário tornou-se uma realidade para um número cada vez maior de pessoas. Essa nova realidade gerou um aumento da demanda para o Ensino Superior que o levou a profissionalizar o seu corpo docente quanto ao aspecto pedagógico (SILVA; PEREZ, 2009, p. 9).

Verificar-se que muitas pessoas estão conseguindo matricular-se em uma Universidade Federal Pública é um sonho, que está acontecendo nesse terceiro milênio. Graças ao financiamento de políticas públicas educacionais.

Elas investem para que universitários (as) possam cursar Licenciaturas entre outras áreas a fim de ajudar a lecionar e atender as demandas que estão surgindo no mercado. Há uma falta de docentes em algumas áreas.

Embora se formem no Curso de Licenciatura. Porém, por ser muito desvalorizado financeiramente deixam de lecionar e vão trabalhar em outras áreas. Há controvérsias devido a diminuição da carga horária de Filosofia e Sociologia há professores, que querem emprego, mas não encontram vagas.

Compreende-se na escola docentes possam tornar-se ferramentas de melhoria educacional para discentes incentivando-os na pesquisa para receber informações corretas.

Somos professores, somos professoras. Somos, não apenas exercemos a função docente. Poucos trabalhos e posições sociais podem usar o verbo ser de maneira tão apropriada. Poucos trabalhos se identificam tanto com a totalidade da vida pessoal. Os tempos de escola invadem todos os outros tempos. (Arroyo, 2000, p. 27).



É imprescindível observar conforme discorre a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, que diz: “A<sup>3</sup> educação direito de todos e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua articulação para o trabalho”. A partir dessa inferência verifica-se que a educação é dever dos pais e do estado. Os pais ou os responsáveis devem levar as crianças à escola. Porque elas têm direito à educação.

O Ensino Superior não pode ser visto como um mercado. Visto que, o Estado também tem a obrigação de ofertar as oportunidades de acadêmicos cursarem o Ensino Superior. E todas as pessoas têm direitos ao ingresso. Inclusive por Cotas ou Deficiências.

Carece que muitos educadores sejam investidos de valorização profissional. Porque que tem o comprometimento ético entre outros; o de ajudar as crianças e aos jovens a pesquisarem. Tem de continuar recebendo financiamento de políticas públicas educacionais às instituições públicas.

Para que tenham aparatos nas bibliotecas e videotecas materiais impressos em livros e notebooks para realização de pesquisa. O autor Nóvoa argumenta que:

[...] há características similares na forma como estes países tratam sua história e sua memória, como conduzem as políticas públicas, incluindo a educação. Em sociedades marcadas por crises de legitimação política e por déficit de participação, surge sempre uma dupla tendência: por um lado, para pregar o civismo, o que compensaria a falta de uma autêntica vivência democrática; por outro, para evitar o presente, projetando todas as expectativas na ‘sociedade do futuro’. Para pregar o civismo ou para imaginar o futuro, nada melhor que os professores. É para eles que se viram as atenções dos políticos e da opinião pública quando não encontram outras respostas para os problemas. A inflação retórica tem um efeito desresponsabilizador: o verbo substitui a ação e conforta-nos no sentimento de que estamos a tentar fazer alguma coisa. (NÓVOA, 1999, p. 13).

Cabe ao professor ou a professora o ato de ensinar a leitura do mundo intermediada pela pesquisa. Necessita-se pesquisar temas legitimados recentemente pela Constituição. Que devem ser respeitados, compreendidos e pesquisados. Conteúdos devem ser retomados e contados a partir dos registros históricos feitos por historiadores. Porque a educação primeiramente foi elitista. Por causa da diversidade que havia no país, muitos não tiveram direitos de usufruir do Ensino Superior.

Pelo fato de não existirem Universidades Federais ou Estaduais. Também pela desigualdade social, atualmente muitos seres humanos, não conseguem esse ingresso. Principalmente em cursos que possuem muitos candidatos ou candidatas e poucas vagas.

<sup>3</sup> <http://portal.mec.gov.br> Acesso em nov.2023



Geralmente aqueles que frequentam instituições privadas no Ensino Médio ou Cursos privados tem mais chance de obter um melhor rendimento nas provas do ENEM.

### **A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA ESCOLA**

Nas instituições públicas ou privadas é imprescindível realizar-se a pesquisa. Como recomenda-se a fim de melhorar as suas habilidades e as competências dos estudantes. Como exige a Base Nacional Comum Curricular, já implementada nas escolas.

Indaga-se por que a docência deve instigar aos discentes a realizarem pesquisas? No mundo contemporâneo urge a necessidade de distinguir o que é Fato. Do que é fake. E a pesquisa irá esclarecer, tirar as dúvidas e preparar os jovens para que na Graduação possam dar continuidade como pesquisadores e pesquisadoras.

A pesquisa é um recurso didático que pode ser muito prazeroso e educativo. Caso seja iniciada nos Anos Iniciais e nos Finais do Ensino Fundamental. Bem como no Ensino Médio já pode ser mais explorada porque os discentes já têm uma bagagem de conhecimentos.

Uma das missões do mediador ou mediadora do conhecimento é essa ajudar cada aluno (a), respeitando sua singularidade, faixa etária ou ano a desenvolver o interesse a fim de descobrir as novas percepções da realidade por meio de várias metodologias. Para que conceituar o significado de Direitos Humanos.

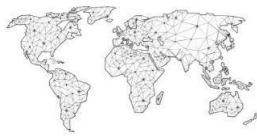
Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz (Gil, 2002, p.17).

Para desenvolver esse artigo utiliza-se de metodologia. Ou seja, de percorrer vários caminhos para encontrar respostas às novas indagações sobre os Direitos Humanos. E usa-se do recurso da pesquisa bibliográfica para fazer esse embasamento teórico.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p.44).

Freire (1996) e Demo (2002), possuem um amplo referencial acerca da pesquisa enquanto objeto de estudos, consideram-na essencial à prática docente. visto que o (a) professor (a) que assume a pesquisa na sua prática pedagógica mostra-se comprometido com a elaboração





dela. Produzindo questionamentos com base na emancipação política, na formação da cidadania, na criatividade, na descoberta e na redescoberta. Rankel argumenta que:

Esses autores ressaltam que só o professor pesquisador detém as condições necessárias para transmitir o ensino de qualidade, pois à medida que assumem a postura de questionadores, mostram-se desacomodados. O questionamento em relação à prática, faz com que sejam repensadas e recriadas as suas ações, levando-os à compreensão de seu papel político diante da educação e assim, assumindo-se como um profissional competente, socialmente e politicamente responsável, tornando-se capaz de construir e reconstruir, construir e transmitir ( Rankel (2016, p.128)

Nesse artigo pretende-se defender a pesquisa cuja temática seja de interesse dos discentes. Ou seja, Direitos Humanos. Que seja uma contribuição à sociedade. Porque a educação é ato político, emancipatório e transformador de realidade. E saber dos seus direitos ajuda aos indivíduos buscarem ou exigirem, que esses sejam cumpridos.

Desta forma, a pesquisa precisa ser compreendida enquanto uma necessidade e como um dos mais importantes desafios na busca de uma educação de qualidade. FREIRE (1996) acredita que a pesquisa pode ainda ser considerada como promotora da cidadania e do processo emancipatório de cada indivíduo, uma vez que investiga a realidade tal como se apresenta. Lê-se que:

É essencial que o professor compreenda que cada indivíduo deve ser entendido como construtor e reconstrutor da sociedade em que vive. Sociedade que também está sempre em constante transformação, necessitando assim de novas ideias, práticas e inovações que podem ser construídas e reconstruídas por meio da pesquisa. A reflexão sobre a teoria que o educador carrega e a prática que efetiva na construção da própria concepção e aplicação da pesquisa, consiste em repensar o papel de professor e recriá-lo, para que, ao assumir uma atitude de pesquisador e compreender a relevância da pesquisa para a educação, deixe de ser um transmissor de conteúdos historicamente acumulados e descontextualizados, para se tornar um mestre, um sujeito profissionalmente qualificado, de acordo com a responsabilidade que carrega e conforme a importância de sua profissão ( Rankel (2016, p.130)

Demo (2002, p. 84): “A primeira preocupação é repensar o professor e na verdade recriá-lo. De mero ensinador– instrutor no sentido mais barato – deve passar a mestre”. Para tanto, é essencial recuperar a atitude de pesquisa, assumindo-a como conduta estrutural, a começar pelo reconhecimento de que sem ela não há como ser professor em sentido pleno.

É importante reconhecer que a prática da pesquisa deve nascer no meio acadêmico, especialmente resultante do contato com a prática, nos períodos de Estágio, nos Cursos de Formação Continuada, na Residência Pedagógica, no PIBID, nos Seminários e nos Congressos.



Ou seja, a reflexão da ação deve ser uma constante na Competências para ensinar à vida daqueles que se dispõe a intervir na formação de indivíduos tendo em vista torná-los cidadãos éticos, competentes e sabedores de seus adquiridos.

Para Demo (1998, p. 127), “a alma da vida acadêmica é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento”. Desta forma, é preciso considerar a pesquisa, no meio acadêmico, como formadora de futuros professores pesquisadores e professoras pesquisadoras. Se não aprenderam. Como irão aprender para ensinar aos estudantes quando estiverem lecionando.

Conforme Demo (2002, p. 15), “professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio através da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador”.

Cogitando sobre o pensamento de Demo (2002), apreende-se que o aluno e a aluna no período de formação não pode ser apenas um ouvinte das aulas do professor. Já que assim não aprenderá a construir conhecimento, apenas adquirirá a instrução, tornando-se incapaz de elaboração própria, de emancipar-se politicamente, ou seja, não se constituirá cidadão ou cidadã politizado. Porque todo o educador e educadora deve aprender a pesquisar para depois solicitar a tarefa aos discentes.

Analisando este contexto, o conceito de pesquisa é fundamental, é ela quem está na raiz da consciência crítica questionadora, possibilitando a recusa de ser massa manipulada. A pesquisa possibilita, ainda, o despertar da curiosidade, da inquietude, do desejo de descoberta e criação, sobretudo atitude política emancipatória de construção do sujeito social competente e organizado. O autor comenta que:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocuro. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, contatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

O autor nas suas expressões declara a relevância do ato de aprender e de ler. Sem fazer leituras como irá dizer que aprendeu algo interessante aos estudantes. E que quer dizer a eles. Inclusive ele se dispõe a aprender a aprender. Continua discorrer que:

Reflete que defende ainda que o papel político do professor no mundo não deve restringir-se ao de quem apenas constata o que ocorre, mas também daquele que intervém como sujeito de ocorrências, constatando que a educação não pode constituir-se em um ato de simples adaptação social, mas deve constituir de uma ação para obter mudanças, pois examinando é que nos tornamos capazes de intervir na realidade (FREIRE, 1996, p. 56).



Em suas palavras deixa nítido que todo Profissional de Educação não pode ser um analfabeto funcional e político. Defende que cabe ao educador e a educadora o papel de intervir e de mostrar a realidade em que vive os sujeitos, que estão a sua volta. Não deve apenas observar, mas tem de ter uma atitude frente ao acontecimento. Deve ser questionador.

Conforme as próprias palavras de Freire:

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo. É através da pesquisa que o professor tem a possibilidade de confrontar a relação teoria e prática, repensando a prática pedagógica em suas possibilidades e compromissos (FREIRE, 2000, p. 102):

A pessoa que exerce o papel na docência tem de ser reflexiva, perguntar-se o porquê de tais coisas estarem acontecendo. Tem de pesquisar, analisar, ponderar e enfrentar as teorias e as práticas. Não adianta a docência ser uma mera reprodução de conhecimentos bancários, que apenas recebe e transmite pedindo na avaliação a repetição por meio de uma decoreba de conteúdo. Mas sim na prática deve iniciar por meio da ludicidade e de materiais que rodeiam os discentes. Ele iniciou ensinando pessoas que trabalham no agrário. Depois é que veio para a zona urbana ensinar a partir do material concreto como escrever as palavras tijolo, barro, casa etc. Para Hoffmann:

Não se pode ensinar ao professor o que ele precisa aprender. As aprendizagens significativas são construções próprias do sujeito [...]. Ele pode até sentir a necessidade de mudança, mas se não entender o significado essencial de uma proposta pedagógica numa direção, não saberá como construí-la. Não basta alguém dizer-lhe que deve fazer diferente se ele não pensar diferente sobre o que faz. A formação do educador depende de inúmeros fatores (HOFFMANN, 2002, p. 101):

A autora deixa nítido que a docência tem de ter motivação para aprender. Porque caso não aprende. Como irá transmitir aqueles ensinamentos aos discentes? Segundo Demo:

A educação pela pesquisa apresenta como condição essencial que este seja um pesquisador, percebendo-a como princípio científico e educativo, e como tal faça parte de seu cotidiano. Entende-se, assim, que a pesquisa deve ser contemplada como definição inerente à prática pedagógica, trata-se de um compromisso intrínseco à formação do verdadeiro mestre (DEMO, 1994, p.34).

O autor Demo espera que a educadora ou educador sinta o desejo de pesquisar. E que se torne um pesquisador ético e competente. Para Demo (1994, p. 34), “o professor que não constrói conhecimento, como atitude cotidiana, nunca foi. Quem pesquisa, teria o que





transmitir. Quem não pesquisa, sequer para transmitir serve. Pois não vai além da cópia da cópia”. Entende-se que ele recomenda que a pesquisa seja assumida como uma atitude processual cotidiana, inerente a toda prática que deseja de fato modernizar-se e aperfeiçoar-se, pois quem assume atitude de pesquisa está em constante estado de preparação.

De acordo com Arends (1995), “o propósito de investigação e pesquisa, para o educador, assim como para outros profissionais, se mostra ainda como uma prática pouco desenvolvida, apesar de que se reconheça sua relevância para a produção de mudanças”. Constata-se que na prática educativa, redimensionando-a complexamente, na tentativa de que o profissional se torne competente.

De acordo com Freire (1996):

[...] imprescindível que o professor esteja consciente de seu papel político de atuação social, buscando, assim, a construção de propostas educativas e emancipatórias, tornando o questionamento e o diálogo com a realidade uma prática para despertar atores políticos, capazes de criar soluções. Em seu sentido mais amplo, a educação deve ser compreendida como uma leitura crítica da realidade, pois o verdadeiro mestre motiva o aluno a dominar a escrita, a leitura e outros conhecimentos, como instrumentação formal e política do processo de formação do sujeito social emancipado. Não apenas para ler, escrever, calcular e decorar, mas dominar as técnicas fundamentais para poder ocupar espaço próprio na sociedade, onde a pesquisa torna-se fundamental. É importante também que o professor pesquisador possibilite situações práticas aos seus alunos, oferecendo-lhes a oportunidade de experimentação da Competências [...] (Freire, 1996, p.23)

O Profissional da Educação deve ser pesquisador atuante. E incentivar discentes buscarem novos conhecimentos pelo viés da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desse modo, muitos resultados podem ser obtidos, pois discentes carecem entender que se vive em um Estado Democrático de Direito. E tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Aulas são aplicadas sobre Direitos Humanos, na Escola de Tempo Integral como uma Atividade Complementar. A seguir relata-se as discussões que são realizadas com discentes a partir dos Anos Iniciais aos Anos Finais da Educação Básica. No entanto, nem todas as escolas aderem ao mesmo tema. Mas muitos professores e professoras conscientes da importância desse tema dialogam sobre eles. Fazem questionamentos. Dividem a turma em duplas para pesquisarem sobre a temática. Depois, cada grupo apresenta aos demais. Fazem cartazes com



ilustrações e explicações. O importante é que educador (a) discuta e depois propõe a leitura de um texto embasado teoricamente de acordo com a faixa etária do estudante.

Compreende-se que os direitos humanos incluem o direito à vida, a liberdade, a liberdade de opinião, direito ao trabalho, direito à moradia, a educação etc.

Todas<sup>4</sup> as pessoas humanas têm os direitos básicos adquiridos constitucionalmente tais como: direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos. Há outros direitos humanos que são universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. Verifica-se após, as leituras prévias, que os Direitos Humanos são inalienáveis ninguém pode ser privado deles. Eles podem ser limitados em situações especiais. A seguir há inferência que explicita melhor os direitos segundo as três gerações:

Os direitos da primeira geração incluem o direito à vida, igualdade perante a lei. Liberdade de religião, de circulação, direitos de propriedade, direito a um pré-julgamento justo e direito ao voto. Assim, os direitos fundamentais da primeira geração são garantias fundamentais à vida, a participação política da honra e liberdade clássica negativas e formais. Surgindo institucionalmente na Magna Carta.

Os direitos da segunda geração incluem entre outros o direito de ser empregado em condições justas e favoráveis. Direitos à alimentação, à moradia, à educação e a assistência médica. Bem como seguridade social. Proteção no desemprego. O Estado passa a ter responsabilidade para a concretização de um ideal de vida digna. Os direitos da terceira geração apareceram a partir dos anos 1960 estão ligados aos valores de fraternidade, igualdade seus direitos relacionados ao progresso ao desenvolvimento proteção a grupos sociais vulneráveis ao meio dentro buscando preservar a qualidade de vida<sup>5</sup>.

Portanto que seria possível classificar os direitos em três gerações contemplando os direitos libertário primeira (Igualdade); segunda geração (Fraternidade) e terceira geração ao contrário da primeira, o Estado não deve intervir nos direitos da segunda geração.

Na Constituição Federal de 1988, Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais traz especificamente, no Artigo 5º o seguinte: Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros existentes no País a inviolabilidade do direito à vida; a Liberdade a igualdade; a segurança e a propriedade nos termos seguintes: I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição. II- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei; III- ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IV- é livre a manifestação do pensamento sendo afetado o anonimato; V é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo além da indenização por dano material, moral ou a imagem;

<sup>44</sup> <https://www.justica.pr.gov.br> Acesso em 12 de nov. de 2023.

<sup>5</sup> <https://tempo.de.politica.com.br> Acesso em 12 de nov. de 2023.



VI- é inviolável a Liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII- 7 é assegurada nos termos da lei a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos os impostos a recusar-se a cumprir a prestação alternativa fixada em lei; IX: é livre expressão da atividade intelectual artística científica e fica e de comunicação independentemente de censura ou crença; X- são invioláveis a intimidade e vida privada, imagem das pessoas assegurando o direito a indenização pelo dano moral ou moral decorrente de sua versão; XI- a casa é asilo inviolável do indivíduo ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador salvo em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro ou durante o dia por determinação judicial; XII- É o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas de dados e das comunicações telefônicas salvo no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de efetivação criminal o construção penal etc (CONSTITUIÇÃO, 2021, p. 9).

Na inferência anterior observa-se as vantagens dos resultados obtidos. Se a docência conseguir aplicar as intervenções pedagógicas sobre os Direitos Humanos. Se a escola não ensinar, fica bem mais difícil desses conhecimentos chegarem até as pessoas humanas. Porque elas passam ocupadas em seus afazeres para sobreviverem. E não pensam que podem mudar a sua vida. Buscando a dignidade humana e alegria em trabalhar no emprego com os direitos trabalhistas assegurados. FREIRE (1996, p. 36) “[...] esses são importantes saberes produtos de ações pedagógicas cultivados no espírito democrático e não apenas saberes produzidos em ciência e técnica [...]”. O autor Freire acrescenta que:

[...]considera que faça parte da natureza da prática docente a indagação a busca a pesquisa no contexto de uma prática reflexiva crítica. Ele chama atenção para a importância do profissional como sujeito histórico-cultural, que produz uma prática pedagógica rica e significativa e que considera valores como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, alegria, gosto pela vida, abertura para o novo, disponibilidade a mudança, persistência na luta, recusa os fatalismos, identificação com a Esperança, a abertura a justiça Freire (1996, p. 32).

Assim percebe-se que tendo esperança é possível ajudar as crianças e aos jovens a entenderem o significado de Direitos Humanos. De acordo com a UNICEF os direitos humanos<sup>6</sup> são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos os direitos humanos regi o modo como seres humanos individualmente vive em sociedade e entre si bem como sua relação com o estado e as obrigações que o estado tem em relação a eles. Compete a docência solicitar que discentes possam pesquisar outros conceitos sobre Direitos Humanos.

<sup>6</sup> <https://www.unicef.org/brazil> Acesso em 12 de nov de 2023.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que além de proporcionar que motivem aos discentes pesquisar no dicionário, nos livros e via internet determinado tema em um site confiável. É interessante observar-se que muitos resultados poderão ser melhorados no processo ensino-aprendizagem. A docência precisa observar a temática, Direitos Humanos. Além disso, eles devem ser pesquisados e discutidos na escola. Para que graduandos possam se tornar cidadãos ativos, empáticos, conscientes do papel na sala de aula. E quando for lecionar esteja apto a instigar mais sobre essa temática. Dando continuidade ao trabalho que muitos colegas já desenvolvem.

Esse artigo abordou muito a metodologia que foi utilizada para que esse pudesse ser finalizado com entusiasmo e retomada nos conceitos, dimensões e categorias. Literalmente sem o Ensino Superior fica superdifícil os educadores e as educadoras aperfeiçoarem as suas dinâmicas em sala de aula. Mesmo após o término da Graduação urge a necessidade de uma Formação Continuada para que sejam mais qualificados.

Profissionais de Educação necessitam de horas de estudo na escola até mesmo para pesquisarem o que irão solicitar aos discentes de pesquisas. Após, esse período superconservador, ainda muitos profissionais estão temerosos em discutir quais seriam os Direitos Humanos que as pessoas têm.

Recentemente, após essa onda gigantesca de negacionismo e de enxurradas de Fake News há professoras e professoras que literalmente temem essa discussão. Estão evitando esse diálogo para evitar uma desavença entre os próprios alunos e alunas e docência. Parece que há uma divisão no país. Uns pensam que direitos são daqueles esquerdistas. Enquanto, no lado político de direita ou Centrão dialogam que cada pessoa deve lutar apenas por si própria pelo seu bem-estar e não pela luta da coletividade.

Surgiu também o Estatuto do Idoso para que ele ou ela não fique desprotegido, sozinho durante uma consulta médica ou procedimento hospitalar. Tem direitos também de voltar a estudar, viajar, estacionar o seu carro no estacionamento indicado idoso.

Verifica-se que há muitas vantagens em entender quais são os Direitos Humanos que tem. O ser humano pode sentir felicidade, alegria, praticar esportes, caminhar etc. É imprescindível explicar o que os autores querem dizer sobre o que é uma pesquisa. Para que posteriormente possam ajudar os discentes entenderem. Tudo aos poucos. Gradativamente. Respeitando o ritmo próprio de cada aluno ou cada aluna.

Enfim, é um objeto de estudo muito relevante para ser lido e apreendido. Espera-se que possa ser debatido em uma Formação Continuada. Porque sua temática é relevante e atual. Se



alguns colegas na escola não tiverem esse domínio é prazeroso dialogar com ele. Aprender a aprender a pesquisar é literalmente um momento de encanto, de descobertas e de indagações. A fim de encontrar as respostas cabíveis aos questionamentos.

## REFERÊNCIAS

ARENDS, R. **Aprender a ensinar**. Portugal: McGraw-Hill, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado, 2021.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.  
educativa

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática**. São Paulo: Unesp, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

NÓVOA, António. **Le temps des professeurs: Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

RANKEL, L. F; STAHLSCHIMIDT, Rosangela Maria. -2. ed. **Profissão Docente**. Curitiba, PR: IESDE S/A., 2016.